



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 445 / 2005

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 14 / 06 / 2005

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/000219/2004

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200311810

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E CALÇADOS DO  
NORDESTE LTDA

RECORRIDO: AMBOS

RELATOR: CONS. MARCELO REIS DE ANDRADE SANTOS FILHO

**EMENTA: ICMS – FALTA DE RECOLHIMENTO.** Lançamento nos livros fiscais de valores menores que os destacados nas Notas Fiscais. Acusação **IMPROCEDENTE**. Operações interestaduais de venda com valores destacados nas notas fiscais de saída maiores do que o exigível na legislação. Amparo no princípio da não cumulatividade do ICMS. Recursos oficial e voluntário conhecidos e providos. Reforma da decisão de 1ª instância. Votação unânime e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

A empresa Calçados do Nordeste Ltda. foi autuada por efetuar lançamento em seus livros fiscais de valores menores do que os destacados das notas fiscais de venda, reduzindo o valor do ICMS a ser recolhido e proporcionando créditos maiores aos adquirentes, infringindo aos artigos 73 e 74 do Dec. 24.569/97, sendo aplicada a penalidade do art. 123, inciso I, alínea "c" da Lei 12.670/96.

O agente do fisco amparou a autuação no cotejamento do imposto destacado nas notas fiscais de vendas e os valores lançados no livro de registro de saídas de mercadorias, relacionando as notas fiscais, o valor nelas destacado, o valor lançado e

a respectiva diferença, acostando aos autos as cópias das notas fiscais e do livro de saídas.

Inconformada, a autuada ingressa com defesa pleiteando a improcedência do lançamento, argumentando que as notas fiscais autuadas dizem respeito a operações interestaduais, cuja alíquota de ICMS é de 12% e de 7% (casos de devolução), e não de 17%, como erroneamente destacado naqueles documentos, não havendo como a empresa se debitar de 17% (alíquota interna), motivo pelo qual o registro no livro de saídas se deu com o valor efetivamente devido ao fisco Cearense, não lhe trazendo prejuízos de ordem fiscal. Quanto à acusação de proporcionar crédito a maior a seus clientes, ressalta que não pode ser questionado pelo fisco cearense, e sim pelo Estado onde é domiciliado o recebedor das mercadorias.

Como prova do alegado, acosta a cópia de parte das notas fiscais com o respectivo lançamento das entradas dos adquirentes efetuado com base nas alíquotas interestaduais.

A julgadora de 1ª instância, analisando os documentos acostados pela defesa, acolhe as provas apresentadas e, decidindo-se pela parcial procedência da autuação, recorre de ofício.

Cientificada do julgamento singular, a empresa recorre da decisão ali emanada, sustentando que escriturou e recolheu o valor do ICMS que efetivamente incidiu sobre as operações interestaduais que realizou, inexistindo a infração apontada na inicial, pugnando, ao final, pela total improcedência do lançamento.

A Consultoria Tributária, em seu pertinente parecer, opina pelo acolhimento das razões recorridas, sugerindo a reforma da decisão de 1ª instância, o que foi referendado pelo douto representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o Relatório

## **VOTO DO RELATOR**

Trata-se de autuação por lançamento no livro fiscal de saídas, de valores menores do que os destacados das notas fiscais de venda, reduzindo o valor do ICMS a ser recolhido e proporcionando créditos maiores aos adquirentes.

Examinando as provas acostadas aos autos, verifico, facilmente, que as notas fiscais acostadas pelo agente autuante são relativas à operações de vendas interestaduais e que o valor do ICMS foi destacado, equivocadamente, com alíquota interna, de 17%, porquanto o valor exigível para essas operações são de 7% ou 12%.

Como o lançamento no Livro de registro de saídas foi efetuado com o valor correto de 7% e 12%, entendo que, no presente caso, não há como sustentar o ilícito apontado na inicial.

Com efeito, há de se considerar os preceitos do art. 60, § 3º do Regulamento do ICMS, que limita o aproveitamento do crédito fiscal ao valor correto, nos casos em que o imposto foi destacado com valores maiores do que o exigível na lei.

Dessa forma, o fato da empresa ter escriturado o valor correto, e não o destacado na nota fiscal, frente ao princípio da não cumulatividade do ICMS, descaracteriza a infração tributária, devendo ser reformada a acusação proferida pela 1ª instância.

Isto posto, acostando-me ao parecer tributário, voto no sentido do conhecimento dos recursos apresentados, dar-lhes provimento para reformar a decisão singular, decidindo-me pela improcedência da autuação.

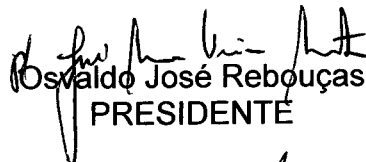
É o Voto

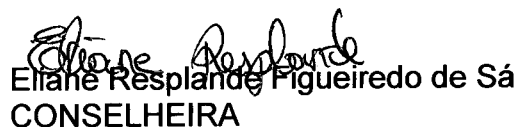
**DECISÃO:**

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E CALÇADOS DO NORDESTE LTDA** e recorrido **AMBOS**,

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos oficial e voluntário, dar-lhes provimento para modificar a decisão parcialmente condenatória proferida pela 1ª instância e julgar **IMPROCEDENTE** o feito fiscal, nos termos do voto do conselheiro relator e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de Set de 2005.

  
Osvaldo José Rebouças  
PRESIDENTE

  
Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

  
Marcelo Reis de Andrade Santos Filho  
CONSELHEIRO RELATOR


  
Dulcineire Pereira Gomes  
CONSELHEIRA

Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira  
CONSELHEIRO

José Maria Vieira Mota  
CONSELHEIRO

  
Vanessa Albuquerque Valente  
CONSELHEIRA

Regineusa de Aguiar Miranda  
CONSELHEIRA

  
Ildebrando Holanda Junior  
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO